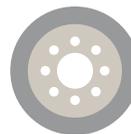
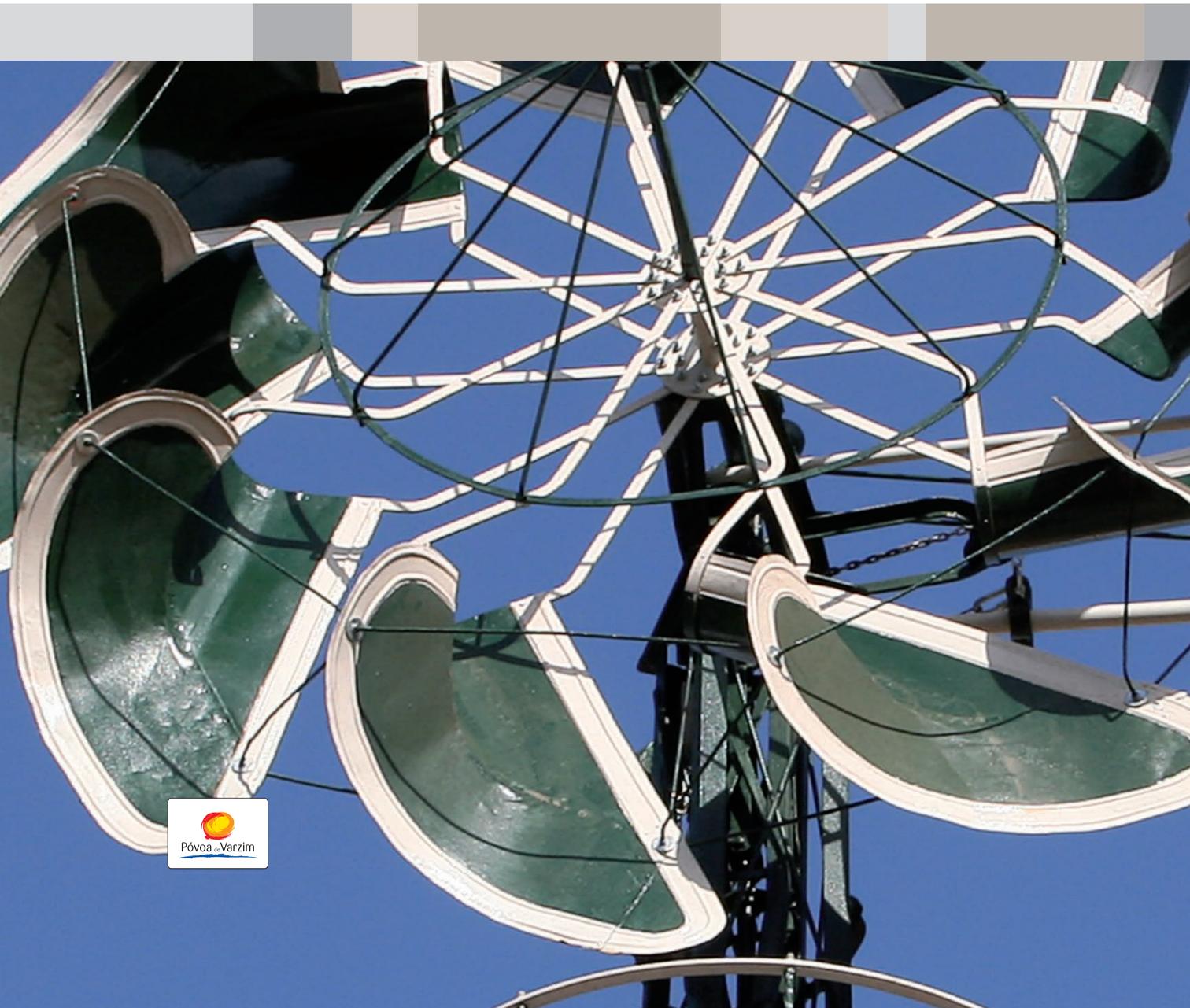


THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

# ecomuseu Rates

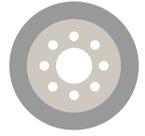


Itinerários da Água e do Pão  
em S. Pedro de Rates





ecomuseu Rates





Armindo Ferreira

# ECOMUSEU RATES

Guia do Visitante

Itinerários da Água e do Pão  
em S. Pedro de Rates



—

Capa: Catavento  
Contracapa: Caminho da Fonte do Pedro  
Design da capa: Atelier Isac Araújo  
Av. Vasco da Gama 601, loja 2  
4490-410 Póvoa de Varzim  
T: 252 106 581  
[www.isacaraujo.net](http://www.isacaraujo.net)

Fotografias: Rui Sousa

Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim  
© 2007 Câmara Municipal da Póvoa de Varzim  
4490-438 Póvoa de Varzim  
T: 252 090 026 . F: 252 611 882  
**[www.cm-pvarzim.pt](http://www.cm-pvarzim.pt)**

Autor: Armindo Ferreira

Design e fotocomposição: Isac Araújo  
Impressão: Gráfica Maiadouro, S.A.  
T: 229 439 710

Impresso em Portugal

7	Apresentação
8	S. Pedro de Rates, ontem
10	S. Pedro de Rates, hoje
11	Agropecuária intensiva Paisagem em rápida transformação
12	Da necessidade de preservar a memória O vale e a encosta Do centro histórico a outros motivos e locais de interesse histórico-cultural
13	O património cultural imaterial de S. Pedro de Rates A divulgação do património cultural de S. Pedro de Rates
14	Património cultural - um conceito amplo, uma presença vasta, um imperativo urgente.
15	Ecomuseu - os objectivos
17	Ecomuseu - a organização em trilho (pequena rota)
18	A Praça
19	A Fonte de S. Pedro
20	A Fonte Antiga
21	Largo de Santo António
22	Casa de Lavrador
23	Moinho de Vento
25	A Fonte do Pedro
27	A Fonte da Granja
28	Azenha do Pego
30	S. Pedro de Rates, amanhã
32	Fotografias
34	Mapa Pequena Rota (PR1 PVZ)
36	Informações



Olá, seja bem-vindo! E aceite o nosso convite para visitar testemunhos do passado agrícola de S. Pedro de Rates, uma das localidades de Entre Douro e Minho onde mais rápida e profundamente a paisagem rural se alterou.

Conduzi-lo-emos pelo vale — onde a terra é fértil, onde a água brota, e onde, por isso, se estabeleceram as casas de uns quantos (poucos) grandes lavradores — e pela encosta, em cujo território, pobre e baldio, se radicaram aqueles cuja riqueza maior era a prole numerosa, que “servia” nas casas de lavoura como trabalhadores rurais ou como pedreiros de xisto.

Se no vale estavam plantados alguns moinhos de água, era sobretudo no Monte que os moinhos de vento trituravam o grão.

Se no vale brotava a água (na Granja, na Fonte Antiga, na Fonte de S. Pedro, no Gorgolito, no Vale Maior...), era aí que as mulheres e as crianças do Monte vinham, ao fim da tarde, buscá-la, em cântaros. E era nos lavadouros que todos, os do vale e os do Monte, se encontravam.

A fertilidade do vale e a avareza do Monte, a abundância de poucos e a penúria de muitos, as casas grandes de alguns e os casebres da maioria — enfim, o vale e a encosta entendidos como formas opostas de uma comum e desigual pertença à mesma Terra, num contraste e complementaridade que são fundamentais para um retrato autêntico (humanizado) de S. Pedro de Rates.

Por isso, e logo após a indispensável visita à *Igreja Românica* (séc.XI-XII), convidamo-lo a caminhar: entre na *Praça* — olhe-a bem: o conjunto e, particularmente, a Capela (barroca), a antiga Câmara e o Pelourinho — e avance pela *Rua Direita* até à *Fonte de S. Pedro*; subindo, e após passar a Casa Mattos (turismo rural), estará a caminho do *Largo de Santo António*, espaço de devoção e de festa de uma comunidade cuja economia estava ligada à criação de animais; aqui chegado, entre na *Casa de Lavrador*, onde a eira, o espigueiro e outros espaços recriarão o ciclo dos *cereais* e do *linho*; desça o caminho da *Fonte Antiga* e do seu *lavadouro* — que serviram a população do Centro Histórico; avance agora pelo caminho tradicional da Via Sacra (cujas estações estão assinaladas por Cruzeiros) até ao *Moinho de Vento*, onde os grãos do milho, do trigo e do centeio voltaram a fazer farinha; mais

abaixo encontrará um *Parque de Merendas* — ocasião para uma pausa, antes da incursão na *Fonte do Pedro*, um belíssimo espaço natural que acolhe uma das lendas fundadoras da cultura ratense — a da Moura Encantada, só presente em sítios carregados de história; o passo seguinte é a *Fonte da Granja*, a mais abundante (matava a sede, regava os campos, lavava a roupa) — e, quando o regato próximo ajudava, até trabalhava o pequeno moinho da família que, morando ao lado, passou a assinar-se “da Fonte”; continuando no vale, o destino é agora a *Azenha do Pego*, um edifício onde se moía grão e se serrava madeira — tudo por tracção hidráulica. E, depois, caminhando nas margens ou sobre a antiga via férrea, o viandante tem de frente a lonjura do vale fértil — e a razão primeira por que, à sombra tutelar do Mosteiro, o casario sempre respeitou o solo arável: porque este, dando pão, era sagrado.

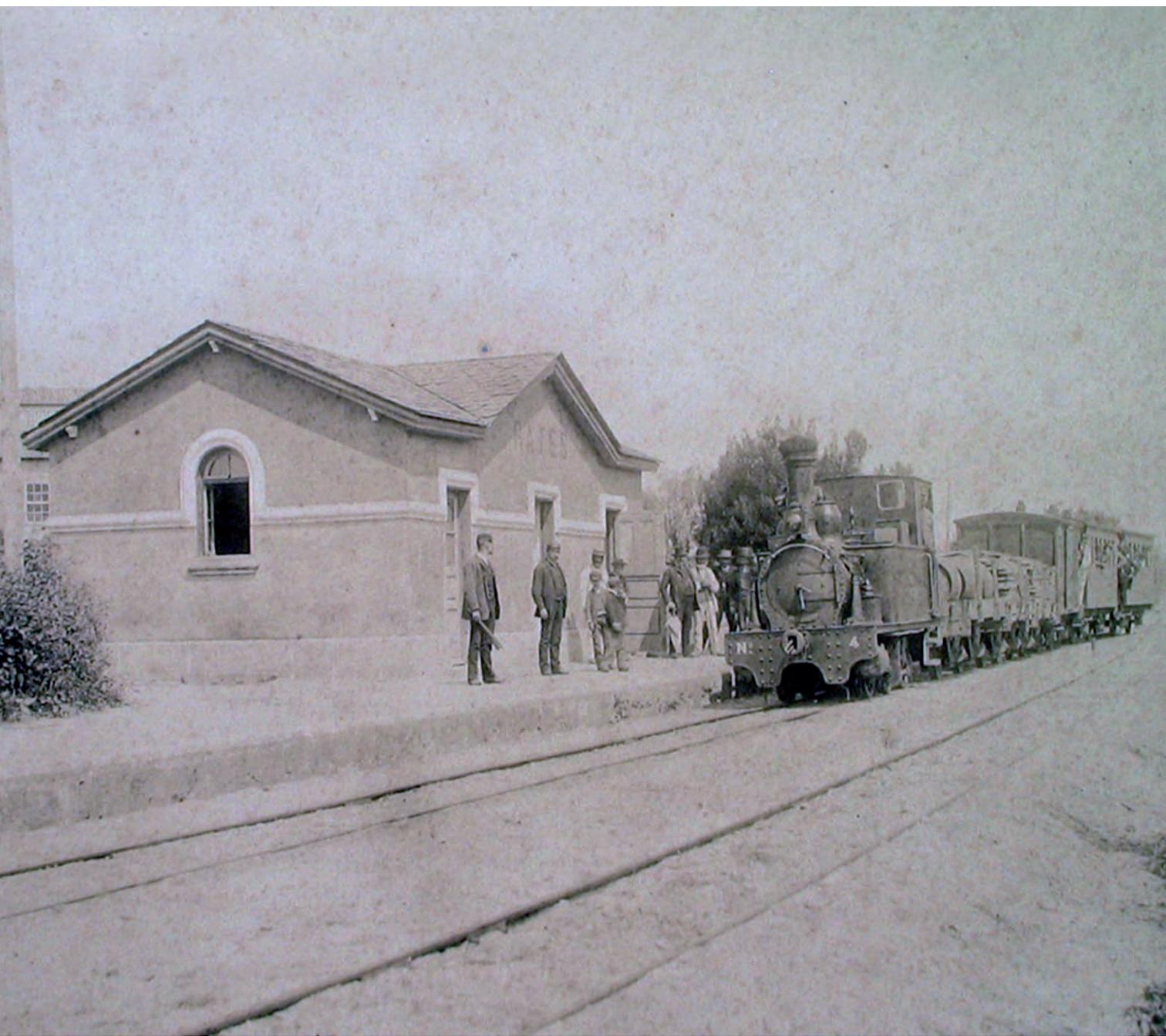
Foi em torno destes itinerários do pão e da água que construímos, no cenário de um distante passado, o ECOMUSEU DE S. PEDRO DE RATES, assente num conceito amplo de património — que não é só a Igreja Românica e o Centro Histórico, ou o caminho de peregrinação a Santiago de Compostela, ou as culturas do linho, do pão e do vinho, ou a cor e a arte do xisto e da arquitectura rural, ou os moinhos de água e de vento, mas também os instrumentos tradicionais de trabalho, a festa ao Senhor dos Passos, os trajes, as danças e os cantares, a paisagem rural — enfim, tudo isso que, integradamente, deve ser preservado e valorizado, porque tudo define e afirma a identidade cultural de S. Pedro de Rates.

O percurso que convidamos a fazer tem 8 Kms de extensão.

E se, entre algumas estações, o automóvel pode auxiliar a visita, é *a pé* — garantimos isso! — que ela saberá melhor: ao prazer espiritual da descoberta juntará o prazer físico da caminhada.

Aconselhamos calçado desportivo — ou outro, adequado a um piso nem sempre regular — e roupa própria da época. Uma garrafa de água será conveniente, se bem que encontre locais onde matar a sede e re confortar o estômago.

Boa caminhada!



É pluralíssimo o conjunto de factores que contribuíram para que S. Pedro de Rates, Terra de antiga e vasta História só parcialmente desvendada, seja igualmente conhecida como Terra de estórias, de tradições e de lendas — depositária, enfim, de um vasto conjunto de tesouros culturais que desafiavam etnólogos e antropólogos e que, nas secretas teias com que se ligam, tecem *uma rara e resistente mundividência, cuja origem está umbilicalmente ligada às entranhas de uma ruralidade difícil*, cuja solidez só as recentes e profundas alterações (políticas, sociais e económicas) vieram abalar.

Esta situação, a reclamar urgente estudo, tem a acrescida e rara *particularidade de se ter consolidado em meio litoral*, naquele que foi, até não há muito tempo, um importante centro administrativo e político e um eixo viário de relevância regional.

De facto, e numa análise linear da História, *nada hoje nos faria supôr que uma Terra que tão cedo (séc.XIII) foi dotada de autonomia administrativa* — feita Vila e sede de concelho (até à malfadada reforma administrativa de Mousinho da Silveira, em 1836) e, nessa medida, dotada dos meios políticos, judiciais e fiscais que a faziam solicitada pelas gentes da vizinhança — *viesses a ser, alguma vez, uma Terra parada no tempo, expectante, ignorada e desprezada*. Porque é este, habitualmente, o cadinho de situações onde fermenta o isolamento propício à conservação.

E a situação é tão mais estranha quanto é certo que, causa e consequência de tudo o que antecede, S. Pedro de Rates foi também, desde a baixa idade média, local de passagem (e de paragem) de muitos que, do reino e de fora dele, demandavam ou vinham de demandar terras do norte ou da galega Santiago da Compostela. Só o pensarmos na importância cultural do caminho de peregrinação jacobea que aqui passava é bastante para admitirmos (concluirmos, diria) que *S. Pedro de Rates foi importante local de contacto intercultural* — porque foi nisso, antes de mais, que o caminho se converteu: via rasgadora de horizontes cuja diversidade enriquecia a unidade europeia que o cristianismo solidificava.

Foi, pois, seguramente após a extinção do concelho (1836) — no âmbito de uma nova política que, aniquilando pequenos centros de autonomia administrativa em meio

rural, iniciou o irreversível processo de litoralização do País, com todas as consequências negativas ao nível da desertificação humana e do empobrecimento da paisagem cultural e física de vastíssimos territórios — *foi após 1836, dizia, que, com a integração de S. Pedro de Rates no emergente concelho da Póvoa de Varzim, se acentuou o seu declínio*: não só porque, externamente, a nova vila “desposada” votou ao esquecimento a vila “repudiada”, mas também porque, internamente, os níveis de auto-estima da população local foram abalados pela despromoção oficial da sua Terra no estatuto político-administrativo nacional.

Pode, em boa verdade, dizer-se que, desde 1836 a 1976, S. Pedro de Rates esteve condenada ao ostracismo total no tocante a investimentos públicos: não fossem o orgulho bairrista e a generosa filantropia de alguns emigrantes bem sucedidos no Brasil — e em S. Pedro de Rates nada de assinalável marcaria os caminhos do seu desenvolvimento.

*Mas se o corpo da Terra não mais conheceu atenções significativas, teve esta situação como efeito*, que hoje valorizamos, *a preservação da alma e do carácter (da cultura, em síntese) do povo, mantido pelo isolamento à margem dos contactos interculturais*. Povo que, numa terra fértil como poucas, vivia do que davam os campos mal repartidos, tão visível era aqui a divisão entre os proprietários agrícolas, que viviam no vale, e os trabalhadores rurais, que habitavam casebres de xisto nas terras altas a nascente, de onde desciam, em bandos de família inteira, para trabalhar as terras de onde arrancavam o xisto com que as vedavam, remunerados pelos proprietários com pouco mais que a alimentação, mesmo quando os jornaleiros (na linguagem local “moços” e “moças”) residiam em casa dos “senhores”, cuja mesa e ambiente familiar partilhavam, muitos deles até ao casamento (habitualmente com alguém da mesma condição, não raro servidor na mesma casa). Não se pense, no entanto, que aqui houvesse alguma conflitualidade classista: havia uma resignada aceitação desta condição desigual, que a comum partilha dos princípios cristãos favorecia.



A paisagem rural predomina na vastidão territorial (1.383 hectares) de S. Pedro de Rates.

E é natural que assim seja — ou então estaríamos em presença de um caso grave de desordenamento... De facto, a fertilidade (agrícola e/ou florestal) dos solos é de tal ordem que a agricultura é actividade económica bem sucedida: S. Pedro de Rates é o maior centro nacional de produção de leite e de carne.

Não foi por acaso que aqui se sediou uma Escola Agrícola (a Casa-Escola Agrícola Campo Verde, cuja acção pedagógica se estende por todo o Entre Douro e Minho), como não foi sem razão que aqui nasceu a Associação dos

Produtores de Leite e Carne (LEICAR), hoje igualmente presente em todo o Entre Douro e Minho e que tem sido interlocutor indispensável nos processos de definição dos preços dos produtos agrícolas a que está ligada (leite e carne).

A actividade agrícola, que por aqui se restringe à agropecuária, está altamente mecanizada, encontrando-se mesmo alguns pontos da fileira (os que têm a ver com a alimentação animal em estábulo e a produção leiteira, bem como a relação entre ambos) completamente informatizados. Só por isso é que uma actividade tão intensa e tão presente na paisagem é realizada por tão *escassa percentagem da população activa (6%)*.

*S. Pedro de Rates é, seguramente, uma das localidades do Entre Douro e Minho onde mais rápida e radicalmente a paisagem rural se alterou: é escassa, hoje, a presença das ramadas que, até 1986-1990, bordejavam os campos, diminuindo-lhes a área de cultivo e produzindo um vinho de má qualidade; é escassa, por isso, a presença, nos territórios agricultados, dos carvalhos, oliveiras e choupos que, décadas a fio, serviam de suporte (como esteios naturais) à fixação das ramadas e, pontualmente, ofereciam sombra que, no Verão, era apetecida em momentos de pausa; começam a desaparecer muitos dos muros divisórios de propriedade, até aqui invariavelmente em xisto (um produto natural, característico — logo, de interesse cultural — porque proveniente do subsolo desta terra, quando as terras ao lado são todas de subsolo granítico — e convém referir que o desaparecimento daqueles muros se não deve apenas, nem sobretudo, a operações de emparcelamento que os dispensem: deve-se, isso sim, à impossibilidade prática de os reconstruir quando ruem, pelo que, em vez deles, aparecem marcos divisórios imperceptíveis à distância ou inestéticos muros de bloco de cimento).*

Nos campos entram máquinas, mas há muito que não pastam vacas nem saltam vitelos, umas e outros encurralados em estábulo onde escasseia o espaço.

*E a diversidade cultural de outrora (de um outrora ainda próximo, que, no tocante a algumas culturas, não terá mais de 20 anos...) deu lugar à monocultura das forragens — no Inverno, os azevens e ervas associadas; no Verão, os milhos-híbridos — tudo para encher os silos que garantem a auto-sustentação forrageira de um efectivo pecuário que não pára de crescer.*

O carácter muito próprio da agricultura enquanto actividade económica cujo ciclos e processamentos todos conheciam (porque todos neles, directa ou indirectamente, participavam ou viam participar) desapareceu por completo: não só a agricultura (entenda-se: a agropecuária) é actividade exercida por escassa percentagem de mão de obra, porque nela tudo está altamente mecanizado, como também, no fundo, tudo se resume a escassos gestos ou práticas, muito longe da considerável diversidade de outrora: já ninguém contrata ninguém para as vindimas, para as sachas, para as mondas, para as ceifas; já desapareceram os antigos rituais festivos da cooperação recíproca e gratuita que andavam associados às arrancadas do linho, às desfolhadas do milho ou às malhadas do trigo e do centeio.

## O VALE E A ENCOSTA

*Foi nos vales* (principalmente no dos Porralhos, que longitudinalmente corre entre duas elevações — a Serra de Rates, a poente, e a Serra do Monte, a nascente — beneficiando a sua fertilidade com o microclima que esta privilegiada situação oferece) *que as casas de lavoura assentaram a sua exploração.*

*Mas foi na encosta e na cumeeira da elevação a nascente* (a Serra do Monte) *que se radicaram aqueles que*, numa Terra onde a divisão de classe era nítida e assumida, *“serviam” como trabalhadores rurais* (jornaleiros — “moços” e “moças”, na linguagem local). Como atrás dissemos, era daí que eles desciam, em bandos de família inteira, uns para trabalhar nas casas e nas actividades agrícolas, outros como pedreiros assentando o xisto que antes arrancavam às entranhas da Terra (e nisto se ocupavam adultos e crianças), construindo muros de vedação entre campos que são, hoje, além de obras de arte (alguns deles), memórias de um tempo escravo.

*Se era no vale*, nas margens do escasso Porralhos, *que assentavam alguns moinhos* (rectangulares, feitos invariavelmente de xisto), *era na cumeeira do Monte que*, quando no vale faltava a água, *moinhos de vento trituravam o grão*, quando não a paciência dos que, noites inteiras,

ali aguardavam a melhor hora de um vento preguiçoso.

*O vale e a encosta ligados, pois, por uma comum e oposta pertença à Terra e ao seu fruto mais apetecido — aquele que dava o pão.*

*O vale e a encosta necessariamente ligados num projecto que pretende ser o roteiro das memórias de uma Terra que*, condenada (e ainda bem!) a viver do campo e no campo, *não pode esquecer as suas origens — hoje, um vasto e disponível património cultural que, no seu conjunto e diversidade, evoca um tempo, uma condição, uma mundividência com que o futuro não conta, mas que é decisivamente importante para que os jovens de hoje e de amanhã percebam de que Terra são filhos e sejam portadores de referências culturais que, evitando o seu desenraizamento, são fundamentais para o seu equilíbrio emocional.*

O vale da fertilidade e a encosta (e a cumeeira) escassa, o vale das grandes casas agrícolas e o Monte de iniciais (e, hoje, raros) casebres de xisto, o vale de poucos e o Monte de todos os que não tinham onde guardar a prole — *estas duas realidades são, no seu contraste e complementaridade, indissociáveis quando se pretende fazer a história e o retrato autênticos de S. Pedro de Rates.*

## DO CENTRO HISTÓRICO A OUTROS MOTIVOS E LOCAIS DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL.

Um conjunto feliz de circunstâncias fez que chegasse aos nossos dias, sem mancha assinalável ou irremediável, o pequeno Centro Histórico da antiga Vila (estatuto, entretanto, readquirido em 1993) e sede do concelho.

O núcleo mais próximo da Igreja Românica (séc.XII) foi reabilitado nos anos de 1997-98: o adro, a Praça (onde assentam a antiga Câmara, o Pelourinho, a Capela do Senhor da Praça e as casas mais fidalgas) e a Rua Direita apresentam, hoje, outra dignidade urbanística.

Resta, num tempo que se deseja próximo, estender a mesma linguagem urbanística (no tocante ao tratamento dos espaços e à filosofia da sua vocação) aos arruamentos que se alongam até às capelas do Senhor dos Passos, de Santo António e de S. Marcos, que constituíam, com a Igreja Românica, o quadrilátero (todo balizado por símbolos de religiosidade popular) onde assentava, de facto, o Centro Histórico de Rates.

## O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DE S. PEDRO DE RATES

Mas não é só do património cultural construído, e de carácter monumental, que se alimentam as memórias de S. Pedro de Rates.

Muitas das suas expressões imateriais estão, igualmente, e desde há muito, no centro das acções e das preocupações das gentes da Terra (sim, que as gentes da Terra, sendo o seu património vivo, são os melhores guardiões contra a morte das heranças culturais): é o caso do *Folclore* – seja na vertente das danças e cantares, seja na indumentária popular, seja ainda na dos costumes associados à vida do campo e da casa (onde, de resto, foram colhidas as sonoridades e as coreografias que as acompanhavam) – Folclore de que é genuíno guardião, desde 1970, o Rancho Folclórico de S. Pedro de Rates, que editou em cassette e CD as principais danças recolhidas; é o caso do Artesanato (designadamente, o do linho), que a Associação de Amizade

de S. Pedro de Rates (criada em Novembro de 1976) reabilitou enquanto símbolo de um outro tempo desta Terra, em cuja paisagem ocupou, até final dos anos 60, importância económica equiparável à que hoje tem o milho – linho que, por isso, está presente na toponímia, no folclore, na etnografia e que simboliza um tempo em que havia tempo...; é o caso dos cantares tradicionais (não dançados, associados às lides do campo e da casa), cantares que retratam uma mundividência que nos fala de uma ruralidade difícil e que apenas persistia nas memórias e nas gargantas cansadas de umas quantas Senhoras e Homens analfabetos e com mais de 70 anos, que pacientemente os ensinaram a outras e outros que agora os entoam e prolongam no tempo, fazendo dessas sonoridades autênticas “cantigas sem tempo”, tanto é o tempo de onde elas vêm e tão natural ressoa a sua integração neste nosso tempo.

## A DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE S. PEDRO DE RATES.

A confirmar a importância que, nesta Terra de memórias, é dada à perpetuação da memória, podemos citar, sinteticamente, algumas realizações que envolveram grande participação popular: *a exposição “Rates do Passado”* (aspectos histórico etnográfico e paisagístico) realizada em 1979 no âmbito do programa comemorativo do 4º centenário da morte do Tomé de Sousa (1º Governador-Geral do Brasil, nascido em S. Pedro de Rates); *a exposição sobre “O Artesanato do Linho”*, que a Associação de Amizade de S. Pedro de Rates apresentou, em 1981, no Porto (Casa de Ramalde), a convite conjunto da Secretaria de Estado da Cultura e do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), exposição que durante 5 anos itinerou pelo País (Escolas e Museus) e que foi considerada pela crítica especializada como o melhor levantamento até hoje realizado sobre o assunto – exposição que viria a prolongar-se num

*documentário para televisão, também intitulado “O Artesanato do Linho”* (RTP, 1983, produção de Félix Machado, realização de Marques Vicente, texto e supervisão de Armindo Ferreira), que a RTP emitiu duas vezes e com o qual ganhou um prémio internacional; *a exposição sobre “O Românico”*, realizada em 1983, acompanhada de um ciclo de conferências em que foram oradores o Prof. Doutor José Mattoso, o Dr. Manuel Luís Real e o Dr. Arlindo de Magalhães; *a exposição “S. Pedro de Rates – roteiro de uma devoção resistente”*, realizada em 1987, assinalando locais e particularidades de um culto que o povo não deixa extinguir.

E, pelo meio, *a edição de livros* (“O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do séc.XII”, de Manuel Luís Real, 1982); “S. Pedro de Rates e Outros Casos Verdadeiros”, de Lino

Miranda, 1985; “A Caminho de Santiago — da Serra do Pilar a S. Pedro de Rates”, de Arlindo de Magalhães, 1987) e a *realização de cursos* na área da defesa do património cultural (“A tecelagem em linho e outras fibras artesanais”, Associação de Amizade de S. Pedro de Rates, 1990-91, curso de onde provieram artesãs que agora se dedicam, em exclusividade, à tecelagem e bordadura desta fibra).

Ou seja, em S. Pedro de Rates, a defesa do *património histórico-cultural, na variedade das suas expressões e manifestações, não é descoberta recente nem paixão passageira*: é trabalho que, com persistência e determinação, vem de muito longe e que agora, com

novos e importantes instrumentos de apoio, se pretende estender a áreas que, no palco do território da freguesia, são expressões materiais de uma cultura que resiste e tem potencialidades.

PATRIMÓNIO CULTURAL - UM CONCEITO AMPLO, UMA PRESENÇA VASTA, UM IMPERATIVO URGENTE.

*Se S. Pedro de Rates não é (e não é!) só a igreja Românica e o seu Centro Histórico, ou o caminho de peregrinação a Santiago de Compostela, ou a cultura do linho* (porque Rates é das poucas terras onde, ainda hoje, se criam artefactos deste tecido quase tão velho como o Homem), *ou as culturas do pão e do vinho* (agora que as artes de comer e do beber são varridas pela produção industrial de alimentos, que não tem o sabor da terra nem da natureza), *ou a cor e a arte do xisto e da arquitectura rural* que vão resistindo (não obstante a modernização das estruturas agrícolas) — *ou seja, se S. Pedro de Rates é tudo isso* (porque tudo isso é património cultural, como os instrumentos tradicionais de trabalho, a Festa do Senhor dos Passos, os trajes, as danças e os cantares, a lenda da Fonte do Pedro, e muitas outras, os moinhos de água e de vento, a paisagem rural, enfim, tudo aquilo que constituiu a memória colectiva) *é tudo isso que, integradamente, deve ser preservado e valorizado, porque tudo isso define e afirma a identidade cultural desta Terra.*

E este esforço, tudo quanto se faça para que o significado histórico e cultural destes sítios (conjuntos edificados,

espaços naturais e/ou de interesse paisagístico) seja respeitado e valorizado *é um investimento reprodutivo, não apenas no plano cultural mas também no plano financeiro.*

É hoje reconhecido que a beleza, a coerência cultural e a identidade dos lugares, associadas ao bem-estar dos seus habitantes, são poderoso *factor de atracção — portanto, de desenvolvimento económico.*

Porque ninguém, daqui em diante, português ou estrangeiro, procurará conhecer, passar tempos livres, ou férias, ou comprar coisas, ou visitar lugares incaracterísticos, destruídos, banalizados, poluídos.

A certos lugares já não vale a pena ir: as coisas que lá existem não atraem ninguém, são iguais — em mediocridade — a muitas outras.



O espaço em referência é, como foi dito, caracterizado por uma *pecuária intensiva* (altamente mecanizada, escassa mão de obra — geralmente bem qualificada) *cuja rápida transformação* (na paisagem, na estrutura fundiária, nos métodos culturais) *ameaça apagar as memórias que ao longo de séculos imprimiram a S. Pedro de Rates o carácter rural que foi sua referência identificadora.*

A manutenção desses símbolos tem óbvia importância cultural e crescente importância económica, além de ser, reconhecidamente, factor de construção de um sentimento de pertença e de enraizamento comunitário.

A freguesia no seu todo e, particularmente, a área intervencionada precisam de potenciar, na vertente turístico-cultural (e, daí, também económica-financeira), todos esses valores *marginalizados que, no seu conjunto, garantirão a diferença entre esta Terra e as demais*, impedindo que ela se perca como apenas “mais uma” no contexto de um processo de acelerada igualização.

A manutenção do *xisto* (que é *identificador* - porque Rates é a cabeceira norte de um filão deste mineral que se alonga até Valongo) é necessária, porque à volta de Rates

se situam terras onde o subsolo é granítico — e isso nota-se nos materiais de que tradicionalmente se construíram os muros de vedação dos campos e as próprias habitações, hoje uns e outros frequentemente substituídos por descaracterizadores blocos de cimento, que, sendo iguais em todo o lado, apagam da paisagem qualquer referência ao código genético das Terras.

*A construção ou reconstrução em xisto é arte que abre um importante filão no mercado de trabalho local: são muitas as solicitações de mão de obra especializada nesta arte, que é muito escassa — razão por que, num outro âmbito, há urgente necessidade de formação profissional.*

Aliás, *situam-se na área de intervenção do Plano algumas das principais casas (ou outras construções) em xisto: casas agrícolas, moinhos de água e de vento, artísticos muros de vedação de propriedades, que terão de se demolir aquando da rectificação urgente de arruamentos e deverão ser reconstruídos no mesmo material.*

*A requalificação de espaços públicos ligados à actividade agrícola e à vida rural de outros tempos (designadamente, espaços de antigas fontes e lavadouros,*

locais de convívio e lazer comunitário) *é necessidade que se cruza, hoje, com a atribuição de novos usos a esses espaços, quando não mesmo com a sua dinamização para fins lúdicos e pedagógicos (designadamente, ecológicos).*

*A criação de pequenas unidades museológicas (fica a faltar uma, imperativa, sobre a mundivivência familiar do trabalhador rural, através da recriação do seu habitat numa casa de xisto, a construir na encosta de Serra do Monte; mas dispomos já do cenário de uma eira com espigueiro e anexos, onde reconstruímos o ciclo dos cereais e do linho, que aqui foram culturas dominantes) — a criação dessas unidades museológicas constitui, sem dúvida, ponto alto do conjunto de memórias que é necessário recuperar.*

*E, finalmente, parece-nos que a melhor forma de tudo rendibilizar, potenciando ao máximo as sinergias que aqui se complementam, é ligá-las em rede, articulando-as num roteiro ou trilho de visita, devidamente sinalizado e pontualmente guiado — trilho que poderá ser parcialmente percorrido de automóvel, mas deverá, em nosso entender, privilegiar outros meios de locomoção. Porque não a visita em carro de cavalos (se o cavalo foi, noutros tempos, útil colaborador no amanho das terras e elemento vivo da sua paisagem)?*

Obviamente, o êxito pleno deste projecto de revitalização das memórias só será possível com uma *adequada campanha promocional — ao nível pedagógico*, antes de mais (e aqui orientada para as Escolas de Rates e da região), *mas também ao nível turístico-cultural* (perspectiva que constituirá um desafio aliciante num meio que é cada vez mais de Turismo, onde esta oferta será produto novo e indiscutível mais-valia, a acrescentar ao Turismo de Habitação e a outras iniciativas de valorização do mundo rural).

Este projecto foi parcialmente concretizado com o apoio financeiro da medida AGRIS (Programa Operacional Regional — Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural), cuja Acção 7 (Valorização do Ambiente e do Património Rural) previa, na Sub-Acção 7.1, a Recuperação e Valorização do Património, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural, e, no artigo 3º do seu Regulamento de Aplicação, indicava especificamente:

- a requalificação de espaços públicos em pequenos aglomerados rurais;
- a recuperação de construções rurais de traça tradicional, nomeadamente de instalações relacionadas com actividades agrícolas e florestais;
- a preservação e a valorização paisagística de fontes, regatos e caminhos;
- a dinamização de espaços agro-florestais para fins lúdicos e/ou pedagógicos relacionados com as actividades económicas em meio rural e melhoramento das condições de acesso aos locais de interesse colectivo;
- a criação de espaços museológicos de temática rural.

Ao apoio comunitário, através da já referida Medida AGRIS, juntou-se o do Município da Póvoa de Varzim, que acabaria por assumir percentagem significativa do investimento total.



I

De modo a concretizar os objectivos definidos no projecto, a intervenção contemplou um conjunto de nove “estações” (inicialmente eram dez, mas a insuficiência orçamental da Medida AGRIS só permitiu, nesta

primeira fase, o avanço de oito, ficando a aguardar melhor oportunidade a Casa do Trabalhador Rural e o Parque Ambiental). Ainda assim, o conjunto já disponível permitirá conhecer e identificar a

vivência rural em S. Pedro de Rates — aquela que, situando-nos em meados do séc. XX, não diferia muito de tempos mais distantes.



—

A Praça (simplesmente, “a praça”) — assim se chamou sempre este espaço, o centro cívico de Rates, cuja actual designação alude aos documentos régios (os Forais) que, desde a baixa Idade Média, conferiram a esta povoação uma autonomia administrativa que durou mais de 6 séculos e de que são símbolos maiores o edifício da Câmara e o Pelourinho (manuelino), que justamente presidem à organização deste recanto nobre, no centro do qual viria a colocar-se, no séc. XVIII, por ampliação de um primitivo nicho, a Capela do Senhor da Praça.

Singular situação esta: a escassos metros do austero românico, a Capela oferece-nos a exuberância da escultura barroca.



— A fonte de S. Pedro (que um painel de azulejos reproduz, a partir do único registo fotográfico conhecido, do primeiro quartel do séc. XX) foi substituída pelo actual fontanário na função de abastecer de água a Rua Direita e o centro histórico.

Da primitiva fonte conserva a memória popular algumas lendas, associadas à fertilidade.

Diz uma delas que as senhoras que tivessem dificuldade em engravidar (“alcançar”, na linguagem popular) deveriam sentar-se numa pedra furada que aqui existiu...



—

Como o próprio nome indica, esta terá sido a primeira fonte de abastecimento da população de Rates. Antigamente ligada à fonte de S. Pedro através de um carreiro que há muitas décadas foi desafectado do uso público, a Fonte Antiga é hoje um pequeno poço, de onde a água é extraída por meio de uma picota. Esta fonte/poço alimenta, através de uma mina, um lavadouro, em pedra ferrosa (da Serra de Rates), sito 50 metros a poente, à face do caminho que liga o lugar do Outeiro (onde se situa a Capela do Senhor dos Passos) ao de Santo António (onde desemboca junto à Capela do mesmo Santo).



Envolve a capela do mesmo nome, cuja actual configuração resultou da ampliação, em finais do séc. XVII, de um primitivo nicho.

entre estes uma festa, de grande adesão popular na região, cujo registo histórico tem alguns séculos.

Santo António é, no imaginário religioso de uma comunidade cuja sobrevivência económica está intimamente associada à agropecuária, o santo protector dos animais — e, nessa função, frequentemente invocado em múltiplas situações, de que resultam promessas que, quando satisfeitas, o fazem “presenteado” com objectos e actos de reconhecimento,



Esta casa – uma das várias que partilharam o vale fértil de Rates – é refúgio das memórias associadas à cultura dos cereais e do linho, que foram marcantes na economia e na identidade rural de S. Pedro de Rates.

Os cereais todos – e não só, como agora, o milho (e este quase só para alimentação animal – que o homem se contenta com mistelas desenxabidas, que do pão de outrora são plásticas imitações). Sim, que no tempo em que esta e outras casas de lavoura tinham uma actividade mais conforme aos ritmos da natureza, de tudo se cultivava, para consumo próprio e alheio: o trigo, a cevada, o centeio, o feijão, o vinho... e tudo era festivamente produzido, temperando-se a dureza do trabalho braçal com os cantares alegres do campo, sobretudo nos rituais das colheitas, onde

a interajuda familiar e vicinal, sempre gratuita e recíproca, construía momentos do melhor comunitarismo.

E até os animais tinham mais sorte: respondiam por um nome que quase os tornava da família (e não eram o mecânico número de agora); tinham mesa fresca, vinda diariamente do campo, misturada por vezes com palhas integrais; e, no escasso número da manada, cada exemplar tinha importância e recebia atenção.

O linho a todos vestia: mais fino, para as funções mais distintas ou para os toques mais sensíveis; mais grosseiro, para usos domésticos ou roupa de trabalho.

Era um tempo lento, este que aqui se evoca. Mas era, por isso, um tempo que não deixava ninguém para trás...



—

A actividade molineira – concretamente, a relacionada com os moinhos de vento, que em Rates eram propriedade dos mesmos que no vale tinham moinhos de tracção hidráulica — está ainda muito presente em inúmeras histórias que só os mais velhos conhecem, quase todas associadas à noite (que era quando os moinhos trabalhavam mais — ou trabalhavam melhor) e aos seus medos.

De muitas dessas histórias, alusivas à vida dos moleiros que se ocupavam nos 8 moinhos que coroavam o Monte de Rates, há registo escrito.

Uma delas é esta, que aqui transcrevemos em versão resumida (1): O Barcelão (2)

1 | MIRANDA, LINO DE - "S. PEDRO DE RATES E OUTROS CASOS VERDADEIROS", ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE DE S. PEDRO DE RATES, 1985, PÁGS. 95-99

2 | BARCELÃO - PARA OS MOLEIROS, O NOME DOS VENTOS ERA DO LADO QUE ELES VIESSEM, COM REFERÊNCIAS CONCRETAS. SE VINHA DO LADO DE BARCELOS, ERA O BARCELÃO.

Naquele tempo (como a gente envelhece!...) todos os moinhos de vento moíam ainda, e haviam de moer, e até se faziam ainda moinhos de vento. Se não me atraíçoa a memória, eram seis no Monte e dois do Pego, mais para lá, perto das tomadias. E a vida corria alegre e franca para os moleiros, à sombra, de parola, a contar casos. Quando o Barcelão puxava não havia mãos a medir. Mas todos os ventos têm horas, e assim a vida corria, preguiçosa sem vento, enfunada e louca com vento de mais.

E a arte de moleiro não era para qualquer um! Tinha seus quês! Ou se nasce moleiro, tomando a arte de pequeno, ou nunca se é moleiro que preste. Desde o picar das pedras até ao conhecimento dos tempos, tudo tem seu ponto certo e ciência meditada. A falar verdade, só alguns, muito raros, são moleiros de verdade. A maioria arremeda.(...)

-----

Mas o Barcelão era matreiro, e puxava mais forte, e era uma corrida de moinho para moinho, e uma lufa-lufa pelas escadas acima, a carregar a moega, que engolia o milho como uma goela insaciável. Os moinhos corriam a

*As primeiras referências à existência de moinhos de vento dizem respeito a um engenho de roda horizontal, datado do séc. X e situado na fronteira entre o actual Irão e o Afeganistão. Alguns autores datam-no do séc. VII e originário da própria Pérsia.*

*Em Portugal, a primeira alusão a um moinho de vento (sito na região de Lisboa) data de 1182. A sua existência será, contudo, anterior — embora então, no território nacional, predominassem os moinhos de água.*

*O moinho de vento mais comum em Portugal resultou de uma fusão do moinho oriental (introduzido na Península Ibérica pelos árabes) com o moinho de vento do norte da Europa.*

*Em Portugal há moinhos de vento de 3 tipos: fixos (de torre) — como o aqui presente — giratórios e de armação.*

menos de meio pano. E era preciso temperar a pedra andadeira, tocando a cunha um pouco para trás, senão o moinho, sem tempo para mastigar o grão, lançava-o fora ainda aos pedaços, em milheros.

O próprio pé, assente em duas traves possantes de carvalho, fremia de força. E a cunha, que regulava a posição do veio, sobre o qual, assente numa segurelha, girava a pedra andadeira, vibrava como um diapasão. (...)

Ouviu-se um rangido, um crepitar forte e breve como um grito, e voou no ar, como um guarda-sol branco aberto, a roda de mastros e velas, com o eixo escanado por altura do cintarel, deu duas voltas no chão e parou, de lado para o vento, a adejar, sussurrando um riso escarninho.

Os moleiros correram para o moinho do Crespo, juntando-se a dar opiniões e a admirar os estragos. E dali a pouco, com a mão a coçar a cabeça de lado, por baixo do boné, saiu devagar, um pouco encolhido, o Crespo Velho, com a outra mão a tapar o sol dos olhos, para observar de fora o desastre.

- Que aconteceu, Sr. Correia?

E ele respondeu corrido:

- Mnh-mnh Dialho-mnh do-mn muinho-mnh mnh-mnh quebroue-mnh!

*Os moinhos de vento fixos, de torre, tinham a sua grande implantação no norte do País. A sua principal característica é a capacidade de rotação do seu tejadilho em função da necessidade de acompanhar a direcção do vento.*

*Existem duas variantes principais no sistema de tracção do tejadilho: tracção por meio de rabo (como é o caso deste exemplar) e tracção por meio de sarilho interior. O sistema de tracção por meio de rabo tanto pode ser aplicado em tejadilho com rodas (como é o caso presente: as rodas circulam na cavidade aberta no anel de granito que coroa a parede de xisto), como em tejadilho com grade (mais usual na região centro).*



—

É um espaço mítico da adolescência e da juventude de outros tempos. Dela se contam histórias fascinantes (a da Moura Encantada é a mais conhecida — tanto que não havia rapaz que se prezasse que não conseguisse levar outro(s) ao local, deserto e sombrio, onde, à meia-noite, enquanto se simulava o ritual de desencantamento da Moura e de abertura do tesouro, graças aos poderes mágicos do Livro de S. Cipriano, outro(s) comparsa(s), escondido(s), tratava(m) de assustar o incauto e ingênuo que ali fora levado ao engano).

Lino de Miranda, no conto *Encantamento* (Ver “S. Pedro de Rates e Outros Casos Verdadeiros”, já citado, pp. 145-157), relata-nos a aventura falhada de um grupo:

- Bom. Vamos lá ver se ninguém se esquece como vai ser! E nada de medos!
- Eu faço o sanselimão e fico de vela acesa numa esquina.
- Eu noutra.
- Eu noutra.
- E tu?
- Eu alumio-te pra tu leres o latim, portanto, fico onde tu ficares.
- Está bem. Eu leio, no meio do sanselimão. E tu estás à minha beira, com uma vara de aguilhão. Quando o chão abrir, que é que vai lá estar, no fundo da cova?
- O que vai lá estar não sei. Mas consta-se que há-de lá estar uma cobra, arados e grades de ouro, armas de ouro e painéis cheios de ouro e brilhantes, cordões, argolas, meias-libras, tudo em ouro.
- E que é que tu fazes primeiro?
- Primeiro espeto a cobra para lhe fazer sangue, nas costas, longe da cabeça.
- E depois?
- Depois, salto lá dentro e atiro cá pra fora os tesouros que lá estão.
- Ora nada de medos! Porque já se sabe que o diabo há-de andar aí de volta, bravo, pior do que uma fera, porque é claro que não quer que se desencante o tesouro nem a mulher que se consta que lá está. Há-de fazer barulho, trovoar, fazer bravuras à nossa volta. Mas dentro do sanselimão não pode atingir-nos. Nem, quando o chão se abrir e tu fores lá dentro da cova, te pode tocar. Agora se alguém meter o nariz fora do sanselimão ou deixar apagar a vela, já se sabe que não está seguro...
- Raio!... É preciso cuidado com as velas!...
- E quando é que o chão se fecha outra vez?
- Uma coisa de cada vez! A respeito das velas, não se levam agasalhadas nos copos de papel, como nas procissões?! Então esse assunto está resolvido. Agora a respeito de quando o chão se fecha, isso já se sabe que é quando eu acabar de ler o latim.
- Mas eu estou lá dentro!
- Não!, que eu leio devagar, homem!
- Hm... E se eu não puder com o peso das grades e dos arados?
- Podes, podes...
- Mas o ouro é muito pesado!...
- Pois sim. Mas se aqui diz que é só um homem que deve entrar e tirar cá para fora o tesouro, é porque um homem só é suficiente para o serviço.
- Vamos acabar com essa treta, e vamos mas é ao que importa, que o lugar deve ser por aqui.
- Deve. E não se ouve bulir uma folha...
- Por enquanto está tudo sossegado...
- Onde vamos fazer o sanselimão?
- Ali. Olhai. Acho que deve ser aqui, deste lado da fonte.
- Tu é que sabes. Olha que deve estar na hora. É melhor irmos andando com o serviço.
- Escuta!
- Que foi?
- Eu não ouvi nada.
- Eu também não.
- Ná!... Eu ouvi qualquer coisa...
- Não comeceis já a ouvir coisas, porque não há nada para ouvir. Ó Zé, abre o saco da cal e começa a riscar o sanselimão. E tu, prepara as velas.
- Eu não me agrada este silêncio...
- Que é que tu querias? Uma fanfarra militar?!
- Eu não queria nada. Mas olha para essa noite. Não bole uma folha. Está claro, mas não se vê a Lua, com a névoa. Nem sequer se ouve ladrar um cão!...
- Está calado, está calado! Que mania de querer ouvir coisas!
- Não. Não é querer ouvir nada. Mas é que não gosto do aspecto da noite.
- Eu também não gosto de muita coisa, e como!
- Afinal, como é que eu hei-de fazer o sanselimão?
- Chiu! Que foi aquilo?!
- Que foi aquilo?!
- Agora ouvimos! Foi dali, de trás da parede! Ali anda coisa!
- Calai-vos!
- Não! Ali anda coisa! Chiu!
- ...
- Eu vou ver que diabo é isso!
- Não!! Não vás, homem! Pode ser coisa ruim, que boa não é, e estamos perdidos!
- Vamos mas é fazer já esse sanselimão, senão não sei que vai ser de nós!...
- Chiu! É coisa, raios! Ele vem aí ua coisa!
- Porra prò tesouro a mai-lo diabo!
- Eu bem dizia que isto não é coisa santa!
- Rates é por aqui abaixo, rapazes!
- Quem tem pernas não é manco!
- E o tesouro lá está, e a bicha, passante bem de mil anos, no chão da Fonte do Pedro, à espera da coragem dos homens que os queiram desencantar...



— É a mais abundante da freguesia, fornecedora (durante séculos) de água para consumo humano, lavagem de roupa e rega dos campos. Passa-lhe ao pé o regato das Cachadas, que é afluente do ribeiro dos Porrалhos.

O espaço envolvente oferece diversidade de situações que o tornam ecologicamente interessante: a linha de água — outrora refúgio de peixes e de passarada diversa, como de diversa vegetação ribeirinha, e, no caso, a existência de águas de duas origens distintas (a da fonte, aparentemente

pura, e a do regato, claramente poluída); um pequeno moinho, movido pela água que, 50 metros a montante, um açude desvia por uma levada que corre sobranceira ao regato; e tudo coberto por uma ramada, construída segundo as regras da mais velha tradição local (com diversidade de castas - entre elas, a americana — e de suportes — esteios de granito e algumas oliveiras).



—

(“Do Pego” por duas razões: porque se situa no território dos “pegos” — do latim “pelagus”, terreno alagado: era/é terra de rega de lima, ou terreno de lameiro, e por isso era por aqui, nestes campos que bordejam o ribeiro dos Porrinhos, que outrora se “enriava” ou “alagava” o linho após a sua ripagem, numa operação cujo segredo e técnica vinham de longuíssimo tempo e que tinha como objectivo obter a fermentação da substância péctica do linho para mais fácil separação entre as suas partes fibrosa e lenhosa; e “do pego” também porque esta azinha, construída na

primeira metade do século XX, sempre pertenceu à família que, em S. Pedro de Rates, transporta a alcunha “dos Pegos”, exactamente porque tinha as suas propriedades neste território alagado).

A Azinha do Pego, uma construção em L toda erguida em xisto, teve a particularidade de reunir três funções que a tornaram muito rara: moía cereais, serrava madeiras — tudo por tracção hidráulica — e servia de habitação. Foram aqui recuperadas as funções molineira e habitacional.



A água chega à azenha através de uma levada proveniente do ribeiro dos Porrinhos. Anexo, a azenha tem um pequeno quintal, coberto por ramada.

*O primeiro processo que o homem encontrou para transformar em pão os grãos e cereais que recolhia ou cultivava foi a trituração — com 2 pedras, uma fixa e outra movida com a mão. Neste sistema manual e rudimentar podemos incluir as MÓS PLANAS, OS REBOLOS, OS ALMOFARIZES E OS PILÕES. (Nas jazidas natufenses da Palestina estão os vestígios mais antigos — 10.000 a.C. — destes utensílios, que também aparecem no Egípto, na Pérsia, na Grécia e um pouco por toda a Europa, incluindo estações arqueológicas do período neolítico em Portugal).*

*Cerca de 1.000 a.C. terão surgido pequenas mós CIRCULARES, que permitiram a evolução para um sistema de MÓS MANUAIS que, a partir da Grécia, alcançou a Europa nos finais da era anterior, através dos Romanos. Aumentando a produtividade, este sistema permitiu a criação dos primeiros moleiros profissionais. No séc. XVI, e devido à sua importância na economia familiar, foram atribuídas regalias e isenções aos seus utilizadores para uso pessoal, garantindo a dispensa de outros sistemas de moagem, que estavam sujeitos ao monopólio dos grandes senhores e à respectiva moaquinha. A utilização destes sistemas de mós manuais espalhou-se por todo o território nacional, só sendo abandonada no início do séc. XX.*

*AS ATAFONAS surgiram com a necessidade de aumentar a produção de farinha, devido ao desenvolvimento da vida urbana. São engenhos que utilizam mós muito maiores e mais pesadas, accionadas por tracção animal. Oriundas da Grécia, chegaram a Itália e a toda a região mediterrânea nos últimos séculos antes da era cristã. Estiveram muito presentes no Sul de Portugal — tanto que, em 1452, D. Afonso V proibiu a sua utilização, porque provocavam a carestia do pão e dos animais. Anos depois, a necessidade de abastecer de pão os navios que*

*aportavam em Lisboa levantou aquela proibição. Na região de Aveiro, as atafonas foram utilizadas até meados do séc. XX.*

*De entre os moinhos de tracção hidráulica, os MOINHOS DE RODA HORIZONTAL, OU DE RODÍZIO, são os que mais se difundiram em Portugal, principalmente nas regiões do norte. A sua introdução deve-se presumivelmente aos Romanos. Em 1968, estavam activos em Portugal cerca de 10.000 moinhos, dos quais aproximadamente 7.000 seriam de água e, destes, 5.000 seriam de rodízio. (São conhecidos moinhos de outros tipos: de RODETE SUBMERSO — utilizam uma roda larga e forte, o rodete, submerso e dentro de uma câmara cilíndrica, que a água, ao entrar, faz girar num sistema de turbina; E DE MARÉ — utilizam a diferença entre as marés alta e baixa para accionar as suas rodas horizontais: na maré alta a água enche uma represa (a caldeira) e na maré baixa essa água represada movimenta as rodas, graças ao desnível que então se verifica entre esta e o local onde se encontram os rodízios ou rodetes).*

*AS AZENHAS são moinhos de água de roda vertical, de que se conhecem 3 tipos: de propulsão superior, de propulsão média e de propulsão inferior. (O tipo de propulsão diz respeito ao modo como a água cai na roda: de alto, a meia altura ou correndo por baixo dela). No caso da propulsão superior, a roda possui os chamados “copos”, os quais, ao encherem de água, impulsionam a roda por acção do seu peso. No caso da propulsão média e inferior, a roda possui palas onde a água bate e exerce o seu impulso.*

*Este tipo de moinhos foi introduzido em Portugal pelos Árabes, sendo do séc. X os primeiros registos da sua utilização. Em alguns casos as azenhas vieram substituir os moinhos de rodízio, visto proporcionarem um rendimento superior. Não obstante, a sua implementação em Portugal foi muito inferior à dos moinhos de rodízio.*

Só quem sabe de onde vem, só as Terras que têm passado e o conhecem é que podem responder com segurança à questão central da gestão local nos dias que correm: qual é a minha vocação enquanto comunidade, qual a minha diferença em relação às demais Terras? ...

Porque só a partir do passado é que eu sei quem sou – e, portanto, só a partir do passado é que eu (a minha comunidade) posso construir o futuro.

Por isso digo: só têm futuro as Terras que têm (e assumem!) o passado!

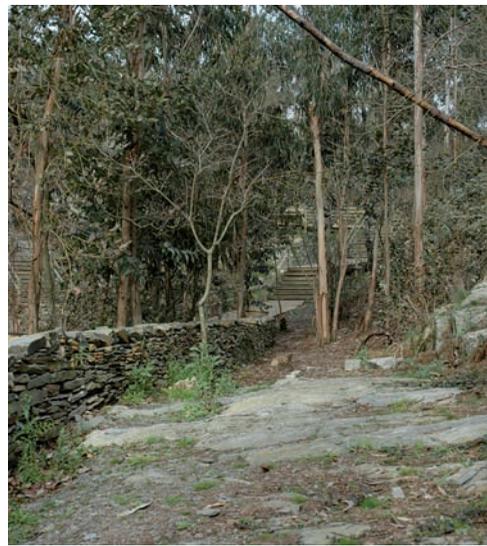
Porque o futuro não é outro senão o passado dinamicamente actualizado.

A história das Terras conta-se no espaço público: preservando a praça onde todos se reuniam (e reúnem), o lavadouro, o bebedouro, a fonte, o moinho, o carreiro, os edifícios emblemáticos, os locais de devoção (os cruzeiros, os alminhas, as capelas...). Porque senão, qualquer dia, as crianças e os jovens não sabem de onde vieram enquanto cidadãos desta ou daquela Terra, não sabem o que os identifica e distingue.

As Terras têm de ter memória: se têm passado, devem mostrá-lo!











PR1  
PVZ

VALE MAIOR

SERRA DO MONTE

SALTO DO CÃO

7

MOINHO DE VENTO

ESCOLA AGRÍCOLA

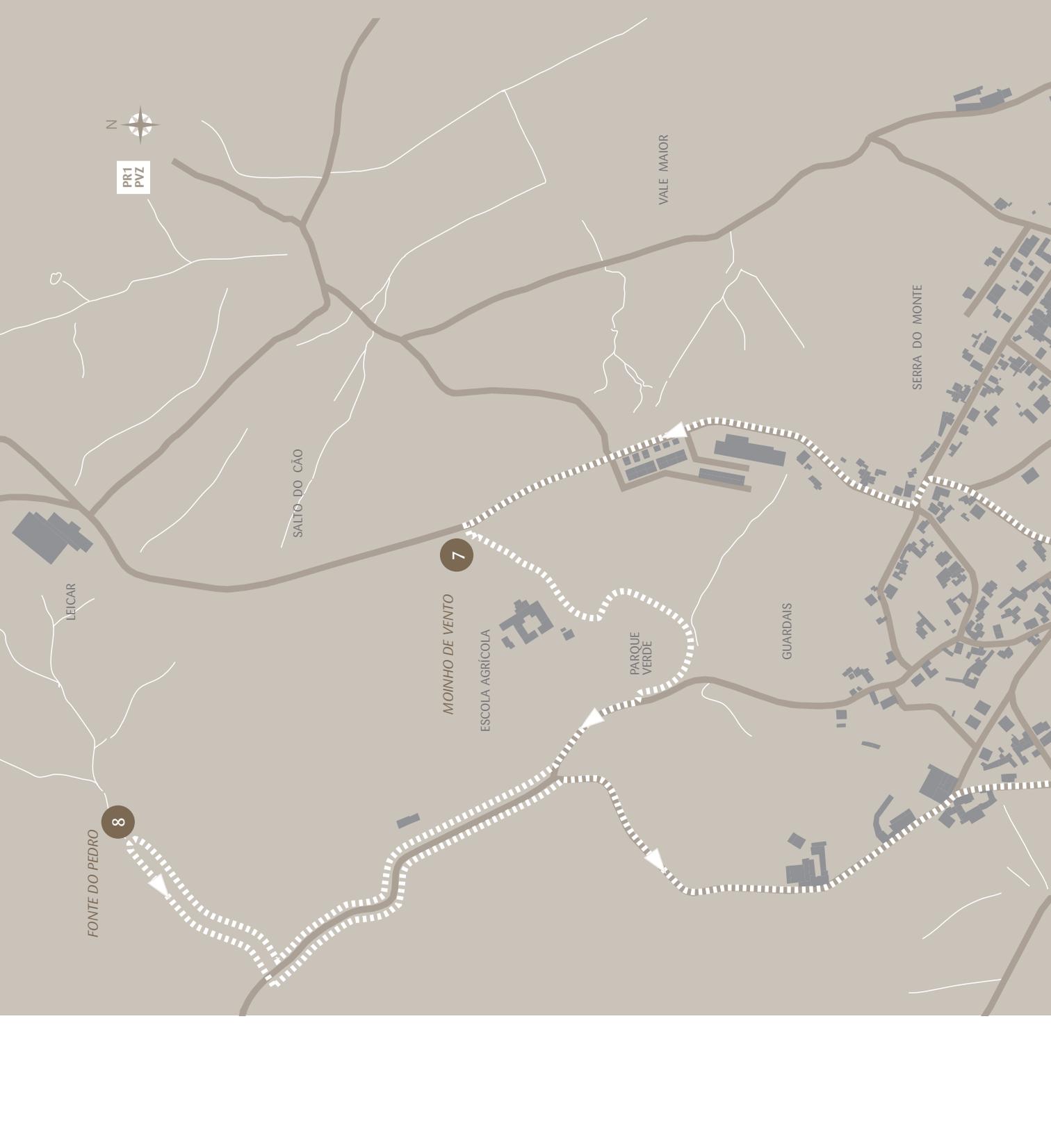
PARQUE VERDE

GUARDAIS

LEICAR

8

FONTE DO PEDRO





FORTE DA GRANJA

9

CALVÁRIO

CATEOSA

OUTEIRO

AZENHA DO PEGO

10

FORTE ANTIGA

5

CASA DE LAVRADOR

4

LARGO DE S. TO ANTONIO

3

LAVADOURO

6

PRAÇA

FORTE DE S. PEDRO

2

JUNTA DE FREGUESIA

MUSEU MUSEOLÓGICO

PELAMES

IGREJA ROMÂNICA

1

CAVAL DA LINHA FERREA (desactivado)

Junta de Freguesia de Rates\*  
 ☎ 252 951817 / 252 951492  
 (de segunda a sexta-feira, 9h-13h e 14h-17h)  
 Núcleo Museológico da Igreja Românica\*  
 ☎ 252 957034  
 (de quarta-feira a domingo)

Casa Mattos (Turismo Rural)  
 ☎ 252 951010 / 91 9822398  
 Unidade de Saúde de Rates  
 ☎ 252 959100  
 Cruz Vermelha (Núcleo de Macieira de Rates)  
 ☎ 252 951782  
 Bombeiros Voluntários da Póvoa de Varzim  
 ☎ 252 291500

GNR (Guarda Nacional Republicana)  
 ☎ 252 240350  
 Posto de Turismo  
 ☎ 252 298120

Padarias: Nova (junto à Casa do Lavrador)  
 ☎ 252 951577  
 União (à Capela do Senhor dos Passos)  
 ☎ 252 951321  
 Valentim (aos cruzeiros do Calvário)  
 ☎ 252 950390  
 Cafés: Macedo (na Praça)  
 ☎ 252 951131  
 Calvário (junto aos Cruzeiros)  
 ☎ 252 951582

Zona Verde  
 ☎ 252 957622  
 (entre Fonte Antiga e Azenha do Pego)

EMERGÊNCIA  
 ☎ SOS 112  
 ☎ SOS Floresta 117

\* a contactar para marcação de visitas em grupo (guiadas).

### Características do percurso

Partida e Chegada — Núcleo Museológico da Igreja Românica de S. Pedro de Rates  
 Âmbito — histórico-cultural, ambiental e paisagístico.  
 Tipo de Percurso — de pequena rota, circular.  
 Distância a percorrer — 8 Km  
 Grau de Dificuldade — fácil, acessível a todos  
 Desníveis — pouco acentuados  
 Época aconselhada — todo o ano

O  “ECOMUSEU DE S. PEDRO DE RATES” é um percurso pedestre de pequena rota, marcado, nos dois sentidos, segundo as normas da Federação Portuguesa de Campismo.

As marcas com tinta amarela e vermelha são as seguintes:



### Cuidados a ter

- ✓ Siga as indicações da sinalização.  
Não saia do traçado definido.
- ✓ Evite fazer ruídos e barulho.
- ✓ Não abandone o lixo.  
Leve-o até um local de recolha.
- ✓ Não faça fogo.
- ✓ Deixe a natureza intacta.  
Não recolha plantas, animais ou rochas.
- ✓ Fotografe.  
Será uma excelente recordação
- ✓ Cuide do seu conforto.  
Utilize vestuário e calçado adequado



